



**FENAJUFE**

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES  
DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
Fundada em 08/12/92

## **NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA PELA REJEIÇÃO DA PEC 32/2020**

Senhor(a) Parlamentar,

Somos servidores do Poder Judiciário da União (PJU) e do Ministério Público da União (MPU), nossa categoria tem cerca de cento e quarenta mil trabalhadores(as) e estamos aqui para dialogar com Vossa Excelência para que vote pela rejeição da PEC 32/2020, a proposta de Reforma Administrativa do governo Bolsonaro.

Em nossa avaliação a reforma Administrativa é uma proposta de reforma do Estado cujo maior objetivo é fatar os serviços públicos e entregá-los à exploração comercial pela iniciativa privada. Se aprovada, será a maior transferência de serviços públicos à iniciativa privada.

O impacto da proposta para os servidores e servidoras públicos - atuais e futuros - será desastroso. Para a população, é cruel, desumano. A reforma é um golpe pesado contra o combate à corrupção e na garantia de cidadania às populações mais carentes, uma obrigação do Estado.

Está claro que a PEC 32/2020, da reforma administrativa, vai atingir os atuais servidores desrespeitar os direitos adquiridos. Com a aprovação da PEC 32 nossos direitos e os serviços públicos federais, estaduais e municipais serão liquidados.

O governo fala que a estabilidade está garantida: isso não é verdade, pois o governo já anunciou que após aprovar a PEC 32, quer regulamentar a avaliação de desempenho para poder demitir com mais facilidade os atuais servidores. A possibilidade de demissão de servidores em caso de ser declarado "desnecessário" ou "obsoleto" trará enormes riscos. Nenhum servidor, mesmo em cargos exclusivos de Estado, estará livre dessa possibilidade, e terá direito a uma indenização proporcional ao tempo de serviço, e sem aviso prévio. Bastará que lei assim defina, e milhares de servidores poderão ser dispensados.

"A reforma vai melhorar os serviços públicos", é outra inverdade dita pelos seus defensores! A PEC 32 original acabaria com o concurso e a estabilidade dos servidores e transformaria o que deve ser direito da população, como a saúde, a educação, a segurança, a justiça, a assistência social, num grande cabide de empregos, de terceirização e de roubalheira como nos inúmeros casos de desvio de dinheiro público protagonizados pelas OSs (Organizações Sociais). Além disso, a proposta do ministro Paulo Guedes de substituir o acesso ao SUS por um "voucher" vai fazer proliferar mais ainda todo tipo de plano de saúde que não garantirá o tratamento adequado ao cidadão. O Relator manteve o concurso e a estabilidade, mas amplia a possibilidade de contratos temporários, sem concurso e sem estabilidade, e mantém a possibilidade de prestação de serviços por meio de contratos com entidades privadas, que contratarão pessoal sem concurso e sem estabilidade. O resultado final é o mesmo.

A pandemia da Covid-19 deixou demonstrada a necessidade e a importância dos serviços, servidores(as) públicos(as), do SUS (Sistema Único de Saúde). Imagine o Poder Judiciário nas mãos da iniciativa privada arbitrando de acordo com suas próprias conveniências. Isso é inconcebível. Pense bem Senhor Parlamentar, o seu voto vai mudar drasticamente a vida dos Brasileiros para uma situação degradante inimaginável.

Diante do exposto, rogamos a Vossa Excelência que vote em favor da população brasileira, pelo fortalecimento dos serviços públicos e pela valorização dos(as) servidores(as) públicos REJEITANDO A PEC 32/2020.

Atenciosamente,

Servidor(a) do PJU - MPU  
**Fenajufe - Federação Nacional dos Trabalhadores  
do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da  
União e Sindicatos Filiados**